

Cepal - fontes para pensar a América Latina do pós guerra ao tempo presente: o desenvolvimentismo no Peru

Resumo:

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) foi criada no imediato pós guerra com o objetivo de propor meios para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento no continente. Desde então, segundo Corazza (2006) esta instituição passou por três grandes fases: desenvolvimentista, dependentista e regionalismo aberto. E, em todas elas, produziu importantes estudos (materializados em relatórios, boletins, revistas, entre outros) que formam um rico conjunto de fontes para a análise de aspectos particulares de cada sub-região do continente, indicam problemas comuns aos países americanos e propõem medidas para superá-los. Segundo Bielschowsky (2000) um princípio normativo que perpassou todas as fases da CEPAL foi a necessidade de contribuição do Estado para o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos, situados na periferia do sistema capitalista. Outra característica que cabe destacar nesta instituição é sua orientação metodológica histórico-estruturalista, que significa um olhar que, ao mesmo tempo, em que atento aos processos de longa duração - que não determinam, mas condicionam a inserção dos países latino-americanos no capitalismo internacional - também aberto à ação diacrônica, e por que não histórica, dos agentes atuantes nas estruturas. Apesar das muitas críticas à concepção centro-periferia do sistema capitalista, esta relação dialética elucidada como os processos de desenvolvimento/ subdesenvolvimento são, na verdade, aspectos do mesmo processo de geração/ acumulação de capital.

Aqui, nos interessa particularmente as análises e propostas elaboradas pela CEPAL para o Peru entre 1948 – ano da criação da CEPAL e do golpe do general Odría, até o início dos anos 1960 quando o golpe de uma Junta Militar impôs uma direção mais nacionalista para o governo, particularmente para os aspectos econômicos e, no plano da CEPAL, as ideias desenvolvimentistas começaram a ceder lugar aos teóricos da dependência, especialmente depois da Revolução Cubana. Analisaremos os relatórios, boletins e projetos sobre o Peru neste período, a fim de analisar a relação entre as dinâmicas internas (como o êxodo rural e as barriadas, por exemplo) e as propostas cepalinas.

CEPAL - FONTES PARA PENSAR A AMÉRICA LATINA DO PÓS GUERRA AO TEMPO PRESENTE: O DESENVOLVIMENTISMO NO PERU

Êça Pereira da Silva
Universidade Federal do Tocantins
ecapereiradasilva@gmail.com

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) fundada em 1948 tornou-se uma instituição fundamental para a consolidação do conceito de América Latina. Seu objetivo desde aquele momento foi a formação de “corpo um analítico específico, aplicável às condições históricas próprias da periferia latino-americana” (BIELSCHOWSKY, 2000 p.16). Isto é, compreender o processo de desenvolvimento capitalista do ponto de vista de países que formavam a periferia do sistema, visando construir alternativas rápidas para que crescessem de maneira sustentada e garantissem qualidade de vida a suas populações.

Segundo o texto introdutório da coletânea comemorativa dos 50 anos da CEPAL, “seu ‘princípio normativo’ é a ideia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana” (BIELSCHOWSKY,2000p.16). Este papel do Estado para o desenvolvimento foi justamente alvo de diversas disputas políticas em vários países, em particular no Peru, onde grupos políticos rivais (como o APRA, AP, DC e, naquele cenário, uma parcela das Forças Armadas) disputaram entre si o programa desenvolvimentista, além do embate destes contra os liberais (cujas posições foram representadas pelo periódico *La Prensa* e pelo *Movimiento Democrático*).

As principais temáticas analisadas pela CEPAL no período em tela foram: a inserção internacional da América Latina, condicionantes estruturais internos, (do

crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda); por último, encontra-se a análise das necessidades e possibilidades de ação estatal. (BIELSCHOWSKY, 2000 p.17) Analisaremos como cada uma destas temáticas foi tratada nos relatórios sobre desenvolvimento industrial peruano dos anos 1959 e 1966 – encontrados no repositório do site da CEPAL.

Os relatórios analisados foram produzidos nas primeiras décadas da CEPAL durante as quais o problema fulcral da instituição era a industrialização e como o Estado poderia contribuir para promovê-la. De modo que, ao analisar diversos setores da indústria instalada no país verificaram a possibilidade substituição de importações (ampliação/ diversificação de pautas de importação e exportação), ampliação da empregabilidade, fomento de uma cadeia produtiva, possibilidade de desenvolvimento da região de instalação e a relação com as exportações tradicionais, entre outros aspectos.

O grande desafio no caso peruano era a promoção de uma industrialização que, ao mesmo tempo, distribuísse renda e diminuísse as profundas desigualdades regionais. Neste ponto, cabe destacar o método histórico-estruturalista utilizado pela CEPAL que torna seus relatórios fontes importantes para a compreensão do quadro econômico e social do país durante o período.

O Peru nas décadas de 1950 e 1960

As décadas de 1950 e 1960 no Peru foram marcadas por profundas transformações sociais, políticas e econômicas, de modo que uma ampliação do papel do Estado foi demandada por diversos atores sociais. O enorme afluxo da população da região andina para região litorânea foi um dos principais fenômenos deste período que teve diversas consequências. Esta grande onda migratória mudou a dinâmica das cidades “peruanizando-as”: o aumento da informalidade, do exército de mão de obra reserva, das demandas por serviços públicos foram características daquele momento. O aumento populacional também foi efeito da diminuição da mortalidade decorrente do controle de algumas doenças, da ampliação da vacinação e da melhoria dos serviços de

água e esgoto. De 6,5 milhões de habitantes na década de 1940, o país saltou para 9 milhões em 1961 e daí para 13,5 milhões em 1972, concentrados especialmente na região de Lima-Callao.

Segundo Contreras e Cueto (2007) este período foi marcado pelo fenômeno conhecido por *cholificación*. Este conceito, cunhado pelo sociólogo Aníbal Quijano, diz respeito ao surgimento da figura social do “mestiço ilustrado”, pessoas cujos pais dificilmente eram alfabetizados e, a partir dos anos 1950 e 1960, devido à expansão do sistema escolar, chegaram às universidades e exerceram profissões liberais como professores, jornalistas e engenheiros. De modo que, naquele período, a hierarquia social peruana apoiada em por certas determinantes sociais étnicas começou a ser abertamente posta em xeque.

Em 1948, em meio a onda de sublevações militares, inclusive com envolvimento do tradicional partido APRA (*Aliança Popular Revolucionária Americana*), o general Manuel Odría deu um golpe de Estado. O golpe não foi desfechado apenas para impor o silenciamento aos setores que almejavam uma revolução social: também atendia a setores que reivindicavam o retorno de mecanismos ortodoxos de condução econômica como o câmbio unificado e flutuante. A Guerra da Coreia (1950-1953) possibilitou a expansão das exportações, no entanto, após 1952 com a queda das exportações aumentou a pressão pela desvalorização cambial. O governo desvalorizou o cambio em 1953, mas este recuperou-se logo no ano seguinte, quando foi reintroduzido o cambio fixo. As oscilações quanto ao cambio remetem às disputas de grupos de pressão sobre o governo: setores exportadores contra os que pleiteavam a industrialização por substituição de importações (BERTRAM,2015:653). O golpe de Odría se denominou de “*revolución restauradora*”, segundo seus críticos por ter restaurado às mãos da oligarquia o controle do país, contudo, não sem fazer concessões visando à contenção social e, de alguma maneira atendendo a certas demandas de desenvolvimento. (CONTRERAS & CUETO,2007:300)

Algumas concessões foram feitas sob os auspícios de técnicos estadunidenses especialmente nas áreas de serviços públicos e infraestrutura, por exemplo as obras das

avenidas *Abancay* e *Salaverry*, além dos serviços cooperativos de saúde pública e de educação, que contaram com financiamento estrangeiro. Nesta última área em particular, houve significativo aumento do número de estabelecimentos educacionais nas grandes cidades do país, majoritariamente situadas no litoral, para atender a uma crescente demanda da população, impactando fortemente a sociedade (CONTRERAS & CUETO,2007:301). As concessões feitas por Odría visando o controle social, fizeram com que alguns autores o identificassem com o “populismo peronista” (COTLER, 2015: 660).

A eleição de 1956 levou Manuel Prado à presidência, com o apoio do APRA. Seu governo ficou conhecido como *La Convivência*, pois apesar de representante de grupos liberais e membro de uma das famílias mais tradicionais do Peru, foi apoiado pelo APRA, partido que historicamente se colocava como defensor dos interesses das classes populares. Este acordo custou a saída de grupos mais à esquerda do partido que, aos poucos, perdeu o controle sobre o movimento operário e, sobretudo camponês. Cabe destacar que, neste período onde houve expressivo aumento do êxodo rural, a luta pela terra ganhou maior expressividade e organização na região da Serra.

O governo Prado (1956-62) teve que responder às diversas pressões da sociedade para um maior participação do Estado no atendimento às reivindicações por direito à educação, saúde e terra, entre outras. Naquele momento, diversos grupos passaram a defender abertamente uma plataforma reformista baseadas nas ideias de industrialização por substituição de importação apresentadas pela CEPAL (COTLER,2015:662). Cabe destacar o surgimento de um novo produto na pauta de exportações peruanas: a farinha de pescado (concentrado sólido de *anchoveta*) que servia como alimento para animais. Este novo produto impulsionou a compra de barcos pesqueiros modernos e a implantação de indústria de transformação do peixe em farinha, demandando matérias-primas como energia e abrindo outras cadeias produtivas como no caso das embalagens.

Deve-se mencionar, ainda neste período, uma certa abertura política, exemplificada pela legalização do APRA e reconhecimento dos sindicatos. A pressão

dos movimentos camponeses resultou na criação do Instituto de Reforma Agrária e Colonização, sem que uma lei de reforma- agrária propriamente fosse elaborada naquele momento. O final do mandato de Prado foi marcado por um golpe militar que instaurou uma junta militar no governo. Foi durante governo de um ano da junta militar que a ala reformista das Forças Armadas fortaleceu sua coesão.

O governo da junta militar tomou uma série de iniciativas no sentido de colocar o Estado a serviço da promoção do desenvolvimento em resposta às diversas manifestações sociais. Uma destas iniciativas foi a reforma agrária no *Valle de La Convención*, na região de Cuzco. Ali, os camponeses sindicalizados, liderados por Hugo Blanco, ocuparam terras e conseguiram que o governo as distribuísse. Não se pode minimizar aqui o impacto das guerrilhas¹ que, mesmo derrotadas em meses, serviram para alertar o governo quanto ao perigo de um campesinato rebelde (CONTRERAS & CUETO, 2007: 318). A junta militar, por seus posicionamentos reformistas, foi acusada de “nasserismo” por setores liberais que pressionaram o governo a partir dos meios de comunicação (COTLER, 2015: 667).

Em 1963, o arquiteto Belaúnde Terry da Acción Popular (AP) foi eleito ao defender uma plataforma reformista. Imediatamente os movimentos populares tomaram a iniciativa de pressionar por transformações: camponeses ocuparam latifúndios, estudantes organizaram-se apoiá-los, greves deflagradas por trabalhadores urbanos, enfim “a conquista do Peru pelo peruanos” como dizia o slogan da campanha presidencial do arquiteto. Enquanto a sociedade se mobilizava pelas bases, os poderes executivo e legislativo travaram batalhas que imobilizaram o andamento das reformas.

O poder legislativo dominado por uma aliança entre APRA-UNO (*Unión Odrinonista*) imobilizou o governo ao colocar sob desconfiança vários de seus ministros: em cinco anos foram 178 ministros nomeados, sendo 94 substituídos (COTLER, 2015: 669). Além da instabilidade política, a partir de 1967 uma crise

1 MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionária, no Peru, fundada por dissidentes do APRA Aliança Popular Revolucionária Americana e liderado por Luis de La Puente Uceda; e o ELN Ejército de Libertación Nacional, dissidentes do Partido Comunista Peruano, liderado por Héctor Béjar Ambos instalaram grupos guerrilheiros na região de Cuzco em 1962 e foram rapidamente debelados pelas Forças Armadas. CONTRERAS & CUETO, 2007: 317

econômica se instalou: deficit no comércio exterior acompanhado pela diminuição de investimentos estrangeiros, desvalorização da moeda, paralisação de obras públicas e aumento do desemprego interromperam um ciclo de expansão que havia começado no pós-guerra (CONTRERAS & CUETO,2007:322). Outro fator que desestabilizou o governo Belaúnde foi sua promessa de nacionalizar a IPC (*International Petroleum Company*), sob o argumento de que a empresa lucrava explorando as riquezas minerais e quase nada contribuiu ao país por décadas, cujo cumprimento culminou num escândalo devido ao valor altíssimo pago pelo Estado à companhia.

O final do ciclo de vinte anos chamado por Contreras e Cueto de “restauração oligárquica” - caracterizado por governos que tentaram equilibrar-se entre atender as demandas populares, num país cuja demografia mudava rapidamente, e manter privilégios de grupos vinculados ao setor exportador - foi o golpe militar de 03 de outubro de 1968 liderado pelo general Velasco Alvarado, que iniciou uma ditadura militar francamente estatista que buscou apoio popular. Assim o período situado entre os golpes de Odría (1948) e Velasco (1968) foi marcado por significativas mudanças na sociedade peruana que passou a exigir maior participação estatal tanto no que tange aos serviços básicos de atendimento da população (saúde, educação) quanto no incentivo à diversificação econômica para a geração de empregos.

Os estudos cepalinos sobre a industrialização peruana de 1959 e 1966

O documento sobre industrialização peruana de 1959 é fruto de um trabalho desenvolvido por técnicos da CEPAL em parceria com o governo estadunidense e empresários peruanos a convite do governo do país sul americano em 1956. O trabalho contou com dados levantados entre 1957 e 58, mas que se remetem a dez anos anteriores, além de visitas dos técnicos às instalações industriais. Este relatório contém cinquenta páginas e está dividido em duas partes: a primeira “problemas gerais relativos ao desenvolvimento industrial e da economia como um todo” e a segunda “principais dados de base e perspectivas de crescimento industrial”.

A introdução do documento aponta algumas particularidades do estudo do caso da industrialização peruana. A primeira diz respeito às condições de desenvolvimento da

indústria peruana: desde 1949 a política econômica era marcada por tarifas de comércio exterior liberais, uma política cambial simplificada e baixo controle ou restrições às importações (CEPAL, 1959: 6). Tais condições tornaram o caso peruano interessante aos técnicos da CEPAL por apresentar características adversas à industrialização. Outra peculiaridade importante destacada é a impossibilidade de analisar os casos de industrialização sem relacioná-las diretamente às políticas de Estado e ao contexto mais amplo do capitalismo.

O relatório de 1959 contém algumas advertências ao leitor a respeito da dificuldade de fazer o levantamento dos dados e sobre possíveis lacunas existentes, por isso teria a função mais de desenhar um pano de fundo no qual a industrialização estava inserida. Apesar disso, o relatório coloca três questões centrais para a compreensão e fomento da industrialização no país do processo de industrialização: a) o quanto a indústria peruana deveria crescer e quanto este crescimento seria compatível com a economia do país como um todo; b) quais mudanças seriam necessárias na composição da produção industrial no sentido de aumentar ou diminuir setores específicos da produção manufatureira; c) o que significa, com quais recursos e por meio de quais matérias-primas naturais e quais métodos de utilização dos recursos poderia a indústria crescer e mudar a sua composição. (CEPAL, 1959: 9)

Por trás das respostas a tais questões está o objetivo de substituir as importações via industrialização, que deveria contribuir para o aumento da renda média dos trabalhadores, mudar a capacidade e o tipo de demanda de importações e aumentar a oferta de empregos. Portanto, a industrialização era vista como a via para a melhoria da qualidade de vida da população. O estudo alerta ainda que deveria ser visto como uma série de sugestões de atalhos para o desenvolvimento do país, pautadas em dados amplos, ainda que passíveis de falhas.

O quadro traçado pelo estudo apresenta um país dividido entre a Costa e a Serra (andes) e com diversos indicadores de subdesenvolvimento tais como: baixa renda per capita (média de 187 dólares anuais em 1955), 60% da população habitava áreas rurais, baixa produtividade do trabalho, entre outras. O relatório destaca o crescimento maior

da população urbana em relação à rural no período de 1945-55 o que aumentaria a demanda por geração de empregos e por produção de bens e serviços para sanar necessidades. Segundo as estimativas das empresas – o volume das exportações deveria dobrar em dez anos, no entanto, ainda assim seria insuficiente para cobrir a demanda por importações que aumentaria junto com a população (CEPAL, 1959: p. 17) .

Diante de tal quadro, a industrialização teria a dupla função de absorver a crescente mão de obra urbana e substituir importações. Segundo as projeções, para atender o crescimento populacional o volume da produção industrial deveria dobrar entre 1955 e 1965; para tanto o volume de capital investido deveria também ser duas vezes maior. (CEPAL,1959: p.21.) O relatório indicava ainda que a indústria peruana estava concentrada basicamente em três setores: comida processada, bebida e têxteis, sendo 2/3 da produção consistindo em bens de consumo. Os setores da indústria química e transformação de metais compunham menos de 10% das indústrias, o que indicava a possibilidade de ampliação destes setores, que poderiam atender ao setor extrativista da mineração.

O relatório de 1966 foi desenvolvido para o Simpósio Latino Americano de industrialização que ocorreu em Santiago do Chile naquele ano, contou com dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Planificação, Instituto Nacional de Promoção Industrial e do Banco Industrial do Peru. Este documento também conta com uma introdução que faz um balanço do crescimento industrial do Peru desde a década de 1950, indicando a divisão da indústria do país em dois grandes grupos de acordo com o grau de tecnologia empregado na produção: grande indústria (setor de têxteis, plásticos, química) e indústria artesanal (velas, tabaco, tecelagem), sendo que muitas destas últimas não estavam registradas, mas geravam empregos.

O relatório de 1966 consiste em duzentas e vinte e quatro páginas e está dividido em dez seções, a saber: resenha histórica do desenvolvimento industrial do Peru no anos 1950-1964; importância relativa, estrutura e características gerais da indústria manufatureira; principais setores da indústria manufatureira; planos ou programas de desenvolvimento industrial; medidas de política para o desenvolvimento industrial;

assistência técnica à indústria; assistência externa ao desenvolvimento industrial; outros aspectos relacionados ao desenvolvimento industrial do país; indústria peruana e as perspectivas de integração latino-americana e matérias de referência. É um relatório muito mais detalhado que o de 1959, o que já demonstra uma maior presença das instituições quanto à coleta, organização e sistematização dos dados.

Neste relatório as principais características do crescimento da industrialização peruana era a ausência de planificação e ser orientada para exportação, o que tinha como consequência a reprodução das desigualdades regionais e o aprofundamento da dependência externa (CEPAL,1966:16).

A concentração da indústria na produção de bens de consumo, e apenas uma pequena parte dirigida à produção de bens de capital, conseqüentemente a ampliação da industrialização implicaria no aumento da importação de maquinário (CEPAL, 1966:24). Como para importar é preciso ter divisas, o desafio da industrialização por substituição de importações era ser simultâneo a uma política de manutenção ou ampliação das exportações, o problema é que o interesse cambial dos dois setores é oposto.

Segundo o relatório de 1966, o Peru era fortemente dependente do comércio exterior, vendendo principalmente uma variedade de produtos agrícolas (algodão, açúcar e café) e minerais (petróleo, cobre e ferro). A diversidade dos produtos exportados era fruto tanto da iniciativa privada (caso da farinha de peixe) como do governo (caso da mineração com leis de incentivo e prospecção). As importações também estavam em crescimento nos anos anteriores (1960-64) e consistiam basicamente em bens de consumo, matérias-primas e bens de capital (estes últimos quase não variaram). Daí que a política fiscal e o cambio eram fundamentais para industrialização pois deveriam incentivar a importação de capital e desencorajar outras (CEPAL, 1966:24 - 34).

A origem do financiamento desta industrialização foi inicialmente o reinvestimento de seus próprios lucros, dado que o mercado de capitais no país era exíguo e a disponibilidade de créditos bancários escassa. O relatório menciona a lei

13270 de 1959, conhecida como lei de promoção industrial, como um importante mecanismo ao regulamentar o reinvestimento de parte dos lucros entre outros dispositivos. Outras fontes de financiamento industrial mencionadas forma o banco interamericano e a agência para o desenvolvimento industrial, relacionadas à então recente Aliança para o Progresso. (CEPAL, 1966:36-48)

Além da dificuldade de acesso a financiamento, o relatório de 1966 menciona a baixa qualificação da mão de obra problema para a expansão da industrialização peruana. A atividade industrial empregava naquele momento um pouco menos de 500 mil pessoas, concentradas sobretudo na região de Lima- Callao. Ao longo do relatório, em diversas seções No entanto, destaca iniciativa de entidades como a SENATI (*servicio nacional de adiestramiento em trabajo industrial*) e o centro de treinamento industrial do exército entre outros. (CEPAL 1966:49-52)

O problema da distribuição geográfica da industria perpassa todo o relatório pois distribuição de renda e da concentração populacional: 70% da industria do país estava concentrada na região de Lima-Callao. O relatório menciona diversos incentivos governamentais especialmente nas regiões da Selva e da Serra, numa tentativa de conter o êxodo para a Costa e todos os problemas dele decorrentes. Tal concentração estava relacionada ao crescimento industrial voltado para “fora”, a proximidade do porto para atender ao mercado externo, daí a necessidade de criar um movimento de desenvolvimento industrial dirigido para dentro. (CEPAL 1966:52-56)

O relatório indica que os planos para o desenvolvimento industrial seguiam basicamente as leis 9140 de 1940 e 13270 de 1959, além das orientações internacionais como a Aliança para o Progresso. O grande desafio colocado era a de articulação entre uma política de industrialização e política agrícola – devido à importância do setor agrícola para obtenção de divisas. (CEPAL 1966:180)

O relatório de 1966 deu especial destaque ao *Banco Industrial del Perú* criado em 1933 para responder à crise instaurada em 1929. O banco consistia numa sociedade entre o Estado e capital privado e foi inicialmente criado por um prazo de 30 anos, e depois prorrogado por mais 30. A lei de promoção industrial de 1959 ampliou o papel

do banco, tornando-o uma verdadeira agência de fomento e, em 1961, nova legislação o uniu ao *Instituto Nacional de Promoción Industrial* (INPI) de modo que esta instituição faria os estudos técnicos e o banco o aporte financeiro às iniciativas para industrialização. Cabe destacar que, segundo as informações do relatório, o capital privado passou a aportar cada vez menos para o banco, enquanto que Estado tornou-se seu maior pilar. (CEPAL 1966:181-184)

No Peru, o tema da indústria de base estava atrelado ao fornecimento de energia e na década de 1940 foi criada a *Dirección de industrias y electricidad del ministerio del fomento y obras públicas*, que foi a primeira de uma série de agências de fomento criadas a partir de 1960, sendo a maioria de alcance local, que tinham a função de mapear as possibilidades de sua região e promover incentivos à industrialização. Alguns exemplos são: *Corporación Peruana del Santa* (criada em 1943 para desenvolver a região do rio santa e seus afluentes); *Corporación de Energía Eléctrica del Mantaro* (criada em 1961 para desenvolver o potencial elétrico do rio Mantaro); *Corporación Nacional de Fertilizantes* (criada em 1963, para atender a demanda da agricultura nacional e substituir importações); *Corporación de recuperación y fomento de Cuzco* (formada em 1950) entre outras. Estas corporações tinham autonomia administrativa e financeira e respondiam à *Superintendencia de Bancos* e ao Tribunal Mayor de Cuentas del Ministerio de Hacienda y comercio. (CEPAL 1966: 186)

Ao fazer o balanço das leis de fomento e das ações promovidas desde a década de 1940, o relatório da CEPAL destaca o crescimento das indústrias e o papel fundamental que o Estado teve tanto como incentivador (com leis e isenções) como enquanto empresário, fundando estatais para principalmente para o fornecimento de energia e siderurgia. Na década de 1960 se discutia já a criação de uma área de livre comércio nas Américas (ALCAC), e havia o receio de uma inundação de produtos estrangeiros que dificultasse a industrialização do país e conseqüentemente a criação de empregos para uma população jovem e urbana cada vez maior.

Por último, o relatório analisou o tema da integração latino-americana, especialmente da ALCAC para a indústria peruana. Segundo os técnicos, havia muita

cautela na negociação e, até aquele momento para o Peru, o que poderia ser visto como consequência das negociações era a procura pela renovação do maquinário e também os incentivos às instalações de novas indústrias.

Nota-se entre os dois relatórios um maior detalhamento dos dados levantados e uma clara iniciativa do Estado no sentido de promover a industrialização do país. Lembremos que entre das décadas de 1940 e 1970 era predominante a leitura de que o Estado, se não tinha, era capaz de construir instrumentos para fomentar a economia de modo a atender as necessidades dos cidadãos-trabalhadores-consumidores. Daí podemos perceber que apesar das mudanças de grupos no poder, todos tiveram que de alguma forma fortalecer o papel do Estado como motor da industrialização e do crescimento para responder às novas demandas das classes populares.

Referências:

BERTRAM, Geoffrey. Peru, 1930-1960. IN: BETHELL, Leslie (org) História da América Latina Vol.XI - A América Latina após 1930: México América Central, Caribe e Repúblicas Andinas. São Paulo: EDUSP, 2015. tradução Geraldo Gerson de Souza.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org) Cinquenta anos do pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COTLER, Julio. Peru, 1960-1990. IN: BETHELL, Leslie (org) História da América Latina Vol.XI - A América Latina após 1930: México América Central, Caribe e Repúblicas Andinas. São Paulo: EDUSP, 2015. tradução Geraldo Gerson de Souza.

CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. História del Perú Contemporáneo. 4ªEd. Lima IEP, 2007.

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na Globalização. IN: Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006 disponível em <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2114> acessado em 28 de julho de 2019.

CEPAL. El Desarrollo Industrial Del Perú. Panamá City, April-May 1959 disponível:

https://pmt-eu.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/1d9cg74/ECLAC_DRP11362/8998

acessado em 28 de julho de 2019

CEPAL. El desarrollo industrial del Perú presentado por el gobierno del Perú. Santiago de Chile, febrero-marzo 1966. disponível:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/18225/S6600548_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y acessado em 28 de julho de 2019